

***Ata da 131ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 23 de dezembro de 2015.***

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó (61). O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão. Em seguida, informou que seguiriam diretamente para a Ordem do Dia, caso não houvesse oposição dos pares. ORDEM DO DIA – Submetido à 2ª discussão e votação foi aprovado o Projeto de Emenda Constitucional nº 148/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Modifica o regime de concessão da vantagem pessoal em razão do exercício de cargo de provimento temporário e revoga o art. 39, o inciso XXVIII do art. 41 e o § 2º do art. 140, todos da Constituição Estadual e dá outras providências”, com 39 votos favoráveis e 16 votos contrários. Submetido à discussão única e votação, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 21.660, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, da Lei nº 6.932, de 19 de janeiro de 1996, da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, e dá outras providências”, foi aprovado com os votos contrários dos Deputados Pedro Tavares, Targino Machado, Sandro Régis, Carlos Geilson, Herzem Gusmão, José de Arimatéia, Marcell Moraes, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Fábio Souto, Alan Sanches, Hildécio Meireles, Adolfo Viana, David Rios, Tom Araújo e Luciano Simões Filho, e parecer pelas Comissões conjuntas, relatado pelo Deputado Adolfo Menezes; a discussão da matéria, que foi iniciada na 22ª Sessão Extraordinária, continuou com os Deputados Carlos Geilson, Augusto Castro e Adolfo Viana; e a votação foi encaminhada pelo Deputado Herzem Gusmão. O Sr. Presidente informou que em fevereiro de 2016 a Casa vai entregar uma medalha aos deputados que durante o exercício de 2015 foram mais presentes nas Sessões Legislativas. Em 1ª discussão e votação foram aprovados, por unanimidade, os Projetos de Lei de nºs: 21.076/2015, de autoria da Deputada Fabíola Mansur, que

“Torna obrigatório o Primeiro Exame de Vista completo para toda criança que ingresse na creche ou escola”, com parecer relatado pelo Deputado Alex Lima; 20.148/2013, de autoria do Deputado Euclides Fernandes, que “Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais que tenham como objeto adoção de menores”, com parecer relatado pelo Deputado Alex Lima; 21.117/2015, de autoria do Deputado Adolfo Menezes, que “Estabelece a obrigatoriedade de instalação de equipamentos indicadores de velocidade nos veículos de transporte intermunicipal de passageiros em operação no Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 21.206/2015, de autoria do Deputado Sandro Régis, que “Dispõe sobre a inclusão de uma aula semanal sobre os danos a saúde, causados pelo fumo, álcool e tóxicos, em todas as escolas do âmbito estadual e privado do Estado da Bahia.”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 21.644/2015, de autoria do Deputado Nelson Leal, que “Altera os incisos IV, § 8º e III, § 19 do Art. 1º da Lei nº 12.919 de 19 de novembro de 2013, atualizando os limites municipais entre Jiquiriçá e Ubaíra na cachoeira dos Prazeres”, com parecer relatado pelo Deputado Adolfo Menezes; 21.322/2015, de autoria do Deputado Tom Araújo, que “Dispõe sobre a implantação de sistema de hora marcada nos cartórios do Estado da Bahia”, relatado pelo Deputado Adolfo Menezes; 21.016/2015, de autoria do Deputado Pastor Sargento Isidório, que “Declara a Bíblia Sagrada como bem imaterial do Estado da Bahia”, relatado pelo Deputado Nelson Leal; 17.759/2009, de autoria do Deputado Euclides Fernandes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação mensalmente dos valores arrecadados a título de multas por infração à legislação de trânsito”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 21.385/2015, de autoria do Deputado Fábio Souto, que “Dispõe sobre a instalação de um sistema de reaproveitamento da água da chuva restrito ao consumo pessoal, que não envolva o consumo por seres humanos, nos prédios e moradias construídos pelo Governo do Estado da Bahia”, com parecer relatado pelo Deputado Adolfo Viana; 21.734/2015, de autoria dos Deputados Hildécio Meireles e Tom Araújo, que “Disciplina a instalação de aparelho eliminador de ar em unidades servidas por ligações de água e esgoto, no âmbito do Estado da Bahia”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 21.486/2015, de autoria do Deputado Fabrício Falcão, que “Regulamenta a publicidade infantil de alimentos no Estado da Bahia”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 21.303/2015, de autoria do Deputado Marcell Moraes, que “Dispõe e regulamenta a autorização de transporte de animais domésticos em meios de transporte coletivos no Estado da Bahia”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 21.078/2015, de autoria da Deputada Fabíola Mansur, que “Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 21.353/2015, de autoria do Deputado Alan Sanches, que “Fica instituído no calendário Oficial do Estado da Bahia em 06 de junho de cada ano, como o dia comemorativo ao Fiscal Estadual Agropecuário”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 19.421/2011, de autoria do Deputado Ângelo Coronel, que “Dispõe sobre a criação do selo motorista cidadão”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 21.163/2015, de autoria do Deputado

Marquinho Viana, que “Dispõe sobre a utilização prioritária do "asfalto ecológico" em todos os programas de recapeamento e asfaltamento de rodovias no estado da Bahia e dá outras providências”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; 20.901/2014, de autoria da Deputada Luiza Maia, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; e 21.349/2015, de autoria do Deputado Eduardo Salles, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 13.344, de 12 de maio de 2015, na forma que indica”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal. Submetido à 1ª discussão e votação foi aprovado, com o voto contrário do Deputado Euclides Fernandes e abstenção do Deputado Zé Raimundo, o Projeto de Lei nº 20.154/2013, de autoria do Targino Machado, que “Dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa de religação de energia elétrica em caso de corte de fornecimento por falta de pagamento”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal. Submetidos à discussão única e votação foram aprovados os Projetos de Resolução de nºs: 2.405/2015, de autoria da Mesa Diretora, que “Cria, na estrutura da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, a Diretoria de Serviços Médico-Odontológicos e Assistência Social, institui a Gratificação de Incentivo Funcional aos servidores do Grupo de Atividades de Nível Médio e dá outras providências”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal; e 2.406/2015, de autoria da Mesa Diretora, que “Acrescenta o art. nº 231-A à Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, instituindo o Diário Oficial Eletrônico do Legislativo, e dá outras providências”, com parecer relatado pelo Deputado Nelson Leal. Submetidos ao Plenário foram aprovados, por unanimidade, após a dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças da Maioria e Minoria os Projetos de Lei de Utilidade Pública, relatados pelo Deputado Nelson Leal, de nºs: 21.525/2015, 21.597/2015 e 21.630/2015, de autoria do Deputado Eduardo Sales; 21.535/2015, de autoria do Deputado Luciano Simões Filho; 21.536/2015 e 21.654/2015, de autoria da Deputada Fabíola Mansur; 21.537/2015, de autoria do Deputado Tom Araújo; 21.540/2015 e 21.727/2015, de autoria do Deputado Fabrício Falcão; 21.541/2015, 21.581/2015, 21.622/2015, 21.637/2015, 21.647/2015 e 21.644/2015, de autoria da Deputada Maria del Carmem; 21.542/2015, de autoria do Deputado Marcelino Galo; 21.551/2015 e 21.605/2015, de autoria do Deputado Robinho; 21.552/2015, 21.559/2015, 21.560/2015, 21.561/2015, 21.586/2015, 21.601/2015, 21.610/2015 e 21.731/2015, de autoria do Deputado Bobô; 21.554/2015, 21.670/2015 e 21.671/2015, de autoria do Deputado Sidelvan Nóbrega; 21.555/2015, de autoria do Deputado Pastor Sargento Isidório; 21.568/2015, 21.583/2015, 21.584/2015, 21.585/2015, 21.598/2015 e 21.645/2015, de autoria da Deputada Neusa Cadore; 21.582/2015 e 21.602/2015, de autoria do Deputado Alex da Piatã; 21.600/2015 e 21.653/2015, de autoria do Deputado Jurandy Oliveira; 21.603/2015 e 21.626/2015, de autoria do Deputado Rogério Andrade; 21.616/2015 e 21.636/2015, de autoria da Deputada Ângela Sousa; 21.627/2015 e 21.657/2015, de autoria do Deputado Roberto Carlos; 21.635/2015, de autoria da Deputada Luiza Maia; 21.650/2015, de autoria do Deputado Gika; 21.652/2015, de autoria do Deputado Zé Raimundo; 21.656/2015, de autoria do Deputado Aderbal Fulco Caldas; 21.663/2015,

de autoria do Deputado Targino Machado; 21.665/2015, 21.729/2015 e 21.730/2015, de autoria do Deputado Joseildo Ramos; 21.714/2015, 21.715/2015, 21.732/2015, 21.733/2015 e 21.735/2015, de autoria da Deputada Fátima Nunes; 21.728/2015, de autoria do Deputado Ângelo Coronel. Em segunda discussão e votação, foi aprovado, com 48 votos favoráveis e 13 votos contrários, o Projeto de Lei nº 21.530/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016”. O Sr. Presidente anunciou a convocação de uma Sessão Extraordinária a ser iniciada um minuto após o encerramento desta, com base no inciso II, do art. 92 do Regimento Interno, com o objetivo de apreciar em segundo turno os projetos apreciados na Ordem do Dia, e declarou encerrada a Sessão, à qual deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Leur Lomanto Júnior e Vando (02).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -